
***Rialma Companhia
Energética II S.A.***
***Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***

Rialma Companhia Energética II S.A.

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente.....	2
Demonstrações contábeis	
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	9



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionista
Rialma Companhia Energética II S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Rialma Companhia Energética II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rialma Companhia Energética II S.A. em 31 de dezembro de 2024 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Rialma Companhia Energética II S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Brasília, 21 de maio de 2025

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5



Marcos Magnusson de Carvalho
Contador CRC 1SP215373/O-9

Rialma Companhia Energética II S.A.**Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024**
Em milhares de reais

		<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>			<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	1	Obrigações tributárias	8	555	549
Contas a receber	5	1.074	39	Adiantamento de clientes	9	14.482	17.529
Impostos a recuperar		2	-			15.037	18.078
Adiantamentos para compra de energia	6	40.978	42.730				
		42.055	42.770	Não circulante			
Não circulante				Obrigações tributárias	8	790	1.281
Partes relacionadas	6	-	858	Partes relacionadas	6	33	27
Propriedades para investimento		1.995	1.995			823	1.308
Imobilizado	7	64.327	65.912				
		66.322	68.765	Total do passivo		15.860	19.386
				Patrimônio líquido	11		
				Capital social		39.137	39.137
				Ajustes de avaliação patrimonial		35.329	36.505
				Reserva de lucros		18.051	16.507
				Total do patrimônio líquido		92.517	92.149
Total do ativo		108.377	111.535	Total do passivo e do patrimônio líquido		108.377	111.535

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rialma Companhia Energética II S.A.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

		<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita operacional líquida	12	12.259	7.268
Custo de geração e comercialização de energia elétrica	13	(4.415)	(2.177)
Lucro bruto		<u>7.844</u>	<u>5.091</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(65)	(143)
Despesas tributárias		(9)	(28)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>7.770</u>	<u>4.920</u>
Resultado financeiro, líquido	14	(51)	(391)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>7.719</u>	<u>4.529</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(368)	(208)
Lucro líquido do exercício		<u><u>7.351</u></u>	<u><u>4.321</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rialma Companhia Energética II S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	<u>7.351</u>	<u>4.321</u>
Outros resultados abrangentes:		
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>7.351</u></u>	<u><u>4.321</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rialma Companhia Energética II S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Capital social integralizado	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Reserva legal	Reserva retenção de lucro			
Em 31 de dezembro de 2022	39.137	751	11.578	37.683	-	89.149
Realização do custo atribuído	-	-	-	(1.178)	1.178	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.321	4.321
Constituição de reserva legal	-	216	-	-	(216)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.321)	(1.321)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	3.962	-	(3.962)	-
Em 31 de dezembro de 2023	39.137	967	15.540	36.505	-	92.149
Realização do custo atribuído	-	-	-	(1.177)	1.177	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.351	7.351
Constituição de reserva legal	-	367	-	-	(367)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(4.943)	(4.943)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(2.040)	(2.040)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	1.177	-	(1.177)	-
Em 31 de dezembro de 2024	39.137	1.334	16.717	35.329	-	92.517

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rialma Companhia Energética II S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	7.351	4.321
Ajustes de:		
Imposto de renda e contribuição social	368	208
Depreciação e amortização	1.585	1.640
Variações no capital circulante		
Contas a receber	(1.035)	1.786
Adiantamentos para compra de energia	-	3.047
Outros ativos e passivos	(2)	13
Fornecedores	-	(326)
Adiantamento de clientes	(3.047)	-
Partes relacionadas	6	(9.985)
Obrigações tributárias	(568)	890
Caixa gerado pelas operações	4.658	1.594
Imposto de renda e contribuição social pagos	(285)	(287)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	4.373	1.307
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Transações com partes relacionadas	(4.373)	(1.321)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(4.373)	(1.321)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	(14)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1	15
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1	1
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	(14)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rialma Companhia Energética II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

a) Atividades operacionais

A Rialma Companhia Energética II S.A. (Companhia), está estabelecida em Buritinópolis - GO, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de setembro de 2002, tendo como único acionista a Rialma Administração e Participações S.A., tem por objeto social realizar a atividade de geração de energia elétrica através da Pequena Central Hidrelétrica Santa Edwiges II, bem como a comercialização de energia gerada por tal Central e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, conforme autorização concedida pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica pela Resolução nº 116/2001.

b) Autorização

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica (PIE) mediante exploração de potencial hidráulico, com capacidade instalada de 13,0 MW e garantia física de 10,48 MW localizado no rio Buritis, Municípios de Mambaí e Buritinópolis, Estado de Goiás.

Esta autorização vigorará pelo prazo de 30 anos a contar da data de 05 de abril de 2001, data esta da publicação da Resolução ANEEL Nº 116 de 05 de abril de 2001, com prorrogação até 25 de janeiro de 2041 conforme determinado pela Resolução Autorizativa Nº 14.896, de 10 de outubro de 2023. Podendo, este prazo, ser prorrogado a pedido da Companhia ou a critério da ANEEL.

Os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica, ao final do prazo da autorização acima descrito, não havendo prorrogação, passarão a integrar o Patrimônio da União. Fato que, ocorrerá, mediante indenização dos investimentos autorizados e ainda não amortizados devidamente auditados pela ANEEL, considerando ainda que poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão sumariadas na nota explicativa 3. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 21 de maio de 2025.

Rialma Companhia Energética II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

(a) Provisão para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2. Reconhecimento de receita

A Companhia registra e mensura a receita da geração de energia obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida.

3.4. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A Companhia optou pelo lucro presumido para apuração dos impostos, onde a provisão para imposto de renda foi constituída à base de cálculo de 8% e alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à base de cálculo de 12% e alíquota de 9% sobre o faturamento.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na

Rialma Companhia Energética II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais corrente.

A Companhia não possui impostos diferidos registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

3.5. Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

- (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*) - O CPC 48 define um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (*impairment*) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Rialma Companhia Energética II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos - a Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.6. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens de ativos imobilizados são mensurados ao custo de aquisição, ou formação, quando aplicável, menos as depreciações acumuladas e provisões ao valor recuperável do ativo, quando aplicável.

Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles gastos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos nos projetos de construção ou formação desses ativos, assim como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis a esse ativo até que este tenha condições de ser utilizado para seus fins, incluindo, ainda, os custos de empréstimos quando os ativos são classificados como qualificáveis nos termos do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item de ativo são originados pela diferença apurada na confrontação do valor de alienação e do valor líquido resultante do valor de custo deduzido do valor residual e da depreciação acumulada desse ativo, e são reconhecidos pelo valor líquido dessa diferença diretamente no resultado do exercício.

Custos subsequentes

Os gastos incorridos com reparos, manutenções ou trocas de partes de um ativo imobilizado são reconhecidos nos saldos correntes desses ativos imobilizados desde que seja esperado um incremento dos benefícios econômicos futuros por parte de tais reparos, manutenções ou trocas, seja por aumento de vida útil, seja por aumento de produtividade, e desde que os custos dessas partes possam ser mensurados de forma confiável.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado do exercício, sendo calculada pelo método linear através das vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, desde que essas estimativas demonstrem o consumo do ativo e a geração futura de benefícios econômicos desse ativo.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método durante a vida útil estimada.

Rialma Companhia Energética II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.7. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis) – um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possa ser estimado de maneira confiável.

A indicação de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo pode se caracterizar como um indicativo de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas (*impairment*) a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

Ativos não financeiros - os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio.

A Administração não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2024.

3.8. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Rialma Companhia Energética II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Especificamente nos processos judiciais da Companhia, estes são avaliados e revisados periodicamente, com base em pareceres de advogados internos e externos, sendo registrados contabilmente de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que estabelece que uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (i) A Companhia tem uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado.
- (ii) É provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação.
- (iii) O montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança.

Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não deve ser reconhecida.

3.9. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

3.10. Mudanças nas políticas financeiras e divulgações

Alterações adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 10 de janeiro de 2024:

Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: de acordo com o IAS 1 – “Presentation of financial statements”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “Classification of liabilities as current or non-current”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Os impactos de divulgação, para a Companhia, decorrente da referida alteração, estão mencionados na Nota 2.

Rialma Companhia Energética II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.11. Principais eventos ocorridos durante o Exercício de 2024

(a) Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bancos	1	1
	<u>1</u>	<u>1</u>

5. Contas a receber

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Clientes	806	39
Contas a receber com partes relacionadas (Nota 6)	268	-
	<u>1.074</u>	<u>39</u>

A Companhia avaliou os impactos relacionados ao ajuste a valor presente dos seus saldos de contas a receber de clientes nas datas de 31 de dezembro de 2024 e 2023 e concluiu que os valores se equiparam ao valor contábil, pois o giro do contas a receber é de curto prazo.

Rialma Companhia Energética II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não registrou provisão para créditos de liquidação duvidosa uma vez que não há títulos a receber vencidos e avaliou que títulos em aberto não possuem expectativa de perdas futuras.

6. Partes relacionadas

A Administração da Companhia identificou como partes relacionadas, empresas ligadas aos mesmos sócios da Companhia, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições legais.

A Companhia efetuou as seguintes operações com partes relacionadas:

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber		
Age Comercializadora de Energia Ltda.	151	-
Rialma Companhia Energética V S.A.	117	-
Adiantamento para compra de energia		
Rialma Administração e Participações S.A. (i)	40.978	43.588
	41.246	43.588
Circulante	41.246	42.730
Não circulante	-	858
Passivo	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos de clientes		
Rialma Companhia Energética V S.A.	14.482	14.482
Contas a pagar		
Centrais Construções Pesadas S.A.	23	22
Rialma Fertilizantes Indústria e Comércio S.A. (ii)	10	5
	14.515	14.509

(i) Refere-se a adiantamento para a compra de energia elétrica para operação de suprimento da garantia física pactuada no contrato de venda de energia com os clientes. O contrato entre as partes define o volume e o preço do MWh a ser recebido pela Companhia pelo adiantamento, não sendo passível de alteração em razão da variação do preço do mercado da energia. O volume a ser recebido nessa operação está demonstrado a seguir:

	Volume de MWh a ser recebido	
	2024	2023
Rialma Administração e Participações S.A.	137.520	142.718
Total	137.520	142.718

Rialma Companhia Energética II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Refere-se a adiantamento para a venda de energia elétrica para operação de suprimento da garantia física pactuada no contrato de venda de energia com os fornecedores. O contrato entre as partes define o volume e o preço do MWh a ser recebido pela Companhia pelo adiantamento, não sendo passível de alteração em razão da variação do preço do mercado da energia. No decorrer do exercício de 2024, a Companhia executou liquidações/compensações parciais dos adiantamentos para compra de energia. Contudo, tornou-se necessário realizar novos adiantamentos para equilibrar as necessidades da Companhia. O volume a ser entregue nessa operação está demonstrado a seguir:

	Volume de (MWh) a ser entregue	
	2024	2023
Rialma Companhia Energética V S.A.	48.320	48.370
Total	48.320	48.370

6.1. Remuneração de pessoal-chave da Administração

Conforme deliberado em assembleia de acionistas, fica estabelecida a não remuneração dos diretores para o mandato que se encerrará em novembro de 2025.

7. Imobilizado

Descrição	Taxa média deprec. anual	31/12/2024			31/12/2023
		Custo	Depreciação	Saldo	Saldo
Terrenos e fazendas		10.589	-	10.589	10.589
Edif., obras civis e benfeitorias	3,86%	9.770	(5.828)	3.942	4.210
Máquinas e equipamentos	3,60%	7.226	(4.801)	2.425	2.631
Reservatório e equipamentos	2,00%	11.367	(5.903)	5.464	5.709
Custo atribuído PCH	2,00%	54.170	(12.711)	41.459	42.325
Adiantamento p/ aquisição de terrenos		448	-	448	448
		93.570	(29.243)	64.327	65.912

7.1. Movimentação

Descrição	31/12/2023	Depreciação	31/12/2024
Terrenos e fazendas	10.589	-	10.589
Edif., obras civis e benfeitorias	4.210	(268)	3.942
Máquinas e equipamentos	2.631	(206)	2.425
Reservatório e equipamentos	5.709	(245)	5.464
Custo atribuído PCH	42.325	(866)	41.459
Adiantamento p/ aquisição de terrenos	448	-	448
	65.912	(1.585)	64.327

Rialma Companhia Energética II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2023</u>
Terrenos e fazendas	10.589	-	10.589
Edif., obras civis e benfeitorias	4.438	(228)	4.210
Máquinas e equipamentos	2.745	(114)	2.631
Reservatório e equipamentos	6.140	(431)	5.709
Custo atribuído PCH	43.192	(867)	42.325
Adiantamento p/ aquisição de terrenos	448	-	448
	67.552	(1.640)	65.912

8. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Tributos federais	174	78
Tributos parcelados (a)	1.171	1.753
	1.345	1.831
Circulante	555	549
Não circulante	790	1.281

(a) Refere-se a parcelamentos tributários (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) realizados com prazo máximo de 60 meses, corrigidos monetariamente com base na taxa Selic. A abertura por exercício dos parcelamentos está demonstrada a seguir:

Vencimentos em:	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
2024	-	413
2025	381	471
2026	296	336
2027	197	236
2028	197	295
2029	100	-
Total	1.171	1.752

9. Adiantamento de clientes

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Adiantamento para venda de energia elétrica	-	3.047
Adiantamento de energia elétrica para partes relacionadas (Nota 6)	14.482	14.482
	14.482	17.529

10. Provisões

A Companhia é parte em ações judiciais decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia é parte em processo judicial de natureza cível, que na opinião de seus assessores jurídicos, tem o prognóstico de perda possível no montante de R\$ 200 (R\$ 200 em 2023).

Rialma Companhia Energética II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Neste contexto, a Companhia, lastreada na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão cujo prognóstico de perda seja provável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

11. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 39.137 (R\$ 39.137 em 31 de dezembro de 2023) totalmente integralizados.

O capital social está representado por 39.137.000 ações (39.137.000 ações em 2023) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Acionista	Ações	Capital social	%
Rialma Administração e Participações S.A.	39.137.000	39.137	100
Total	39.137.000	39.137	100

(b) Dividendos

Refere-se a dividendos mínimos obrigatórios conforme definido no estatuto social da Companhia.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	7.351	4.321
Reserva legal 5% (c)	(368)	(216)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	1.177	1.178
Lucro ajustado	8.160	5.283
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	2.040	1.321
Dividendos adicionais declarados	4.943	-

Foi deliberado de Assembleia de acionistas a distribuição de dividendos relativos ao exercício social de 2024 no montante correspondente à totalidade do lucro líquido apurado, deduzida a reserva legal.

Durante o exercício de 2024 foi realizada compensação dos saldos a pagar de dividendos a pagar com saldos a receber mantidos com a controladora no montante de R\$ 6.983 (2023 – R\$ 1.321).

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Rialma Companhia Energética II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Receita operacional líquida

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita Bruta		
Fornecimento de energia elétrica (i)	12.723	7.543
	<u>12.723</u>	<u>7.543</u>
Tributos sobre a receita		
PIS e COFINS	(464)	(275)
Total dos tributos sobre a receita	<u>(464)</u>	<u>(275)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>12.259</u></u>	<u><u>7.268</u></u>

- (i) No exercício de 2023, o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) sofreu uma queda considerável, resultando em um impacto direto sobre a Companhia, refletindo-se em uma redução da receita em 2023. Já no exercício de 2024, a Companhia passou a se recuperar dos impactos sofridos no exercício anterior.

13. Custo de geração e comercialização da energia elétrica

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Compra de energia (i)	(2.375)	(74)
Depreciação	(1.586)	(1.640)
Custo tributários	(53)	(49)
Energia elétrica consumida	(401)	(414)
	<u>(4.415)</u>	<u>(2.177)</u>

- (i) A Companhia comprou energia para atender aos contratos de venda de energia, pois não gerou energia garantida nos contratos de venda.

14. Resultado financeiro, líquido

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas financeiras		
Juros e Multas Passivas	(45)	(385)
Despesas bancárias	(6)	(6)
Resultado financeiro, líquido	<u>(51)</u>	<u>(391)</u>

Rialma Companhia Energética II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, considerando as alíquotas previstas pela legislação para o regime de tributação pelo lucro presumido:

Descrição	2024	2023
Receita bruta de venda	12.723	7.543
Base de cálculo	12.723	7.543
Lucro presumido base IRPJ (8%)	1.018	603
Base tributável IRPJ	1.018	603
IRPJ corrente (15%)	(153)	(91)
IRPJ adicional (10%)	(78)	(36)
Total IRPJ	(231)	(127)
Lucro presumido base CSLL (12%)	1.527	905
Base tributável IRPJ	1.527	905
CSLL corrente (9%)	(137)	(81)
IRPJ e CSLL	(368)	(208)

16. Gestão de risco financeiro

16.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela controladoria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A controladoria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Rialma Companhia Energética II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Risco</u>	<u>Exposição</u>	<u>Metodologia utilizada para mensuração do impacto</u>	<u>Gestão</u>
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Swaps de taxa de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, instrumentos financeiros, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings</i> Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de mercado – Taxa de juros

O principal risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo com taxas variáveis, expondo a Companhia ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. Em geral, a Companhia opta por contratar empréstimos de longo prazo a taxas variáveis e avalia a evolução do mercado, podendo estabelecer swaps para substituí-las por taxas fixas que são menores do que as disponíveis caso a Companhia contratasse empréstimos diretamente a taxas fixas. Durante 2024 e 2023, a Companhia não contratou operações de crédito, porém, todas as análises de mercado foram considerando taxas variáveis mantidos em reais.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não houve contratação de empréstimos pela Companhia. A administração realiza análises de diversos cenários de captação, e considera diversos cenários. Tendo em vista as premissas consideradas, não foram concretizadas operações de empréstimos e financiamentos.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito de contas a receber em aberto.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating mínimo "A" na escala de Standard and Poor's. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Rialma Companhia Energética II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência de contrapartes.

Impairment de ativos financeiros

Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Companhia estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

- . contas a receber decorrentes do ativo de concessão;
- . ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- . ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de *impairment* do CPC 48, não foi identificada perda por *impairment* identificada nesses ativos.

Contas a receber de clientes e ativos de contratos

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de ativos de contratos.

Os ativos de contratos se relacionam a trabalhos em andamento que não foram faturados e possuem essencialmente as mesmas características de riscos das contas a receber de clientes para os mesmos tipos de contratos. Portanto, a Companhia detém apenas um ativo do contrato de concessão, e não há análise histórica de inadimplência, e nem expectativa.

Ativos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Todos os investimentos em títulos de dívida ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são considerados de sem risco de crédito e não há provisão para perdas durante o exercício. Outros instrumentos são considerados como tendo baixo risco de crédito quando eles apresentam um risco baixo de inadimplência e o seu emissor tem uma forte capacidade de cumprir suas obrigações de fluxo de caixa contratual no curto prazo. Não houve provisão para perdas com investimentos em títulos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O resultado da aplicação do modelo de perdas de crédito esperadas para os referidos ativos financeiros foi imaterial.

Outros ativos financeiros ao custo amortizado incluem ativos de debêntures, títulos que não pagam juros e títulos privados listados (anteriormente mantidos até o vencimento), empréstimos a partes relacionadas e pessoal-chave da administração, e demais contas a receber. A provisão para perdas com outros ativos financeiros ao custo amortizado é reconhecida no resultado do exercício.

	Valor contábil			Valor justo			
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2024							
Caixas e equivalentes de caixa	-	1	1	-	1	-	1
Contas a receber	-	1.074	1.074	-	1.074	-	1.074
Adiantamentos para compra de energia	-	40.978	40.978	-	40.978	-	40.978
Total	-	42.053	42.053	-	42.053	-	42.053

Rialma Companhia Energética II S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 de dezembro de 2023	Valor contábil			Valor justo			
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixas e equivalentes de caixa	-	1	1	-	1	-	1
Contas a receber	-	39	39	-	39	-	39
Adiantamentos para compra de energia	-	42.730	42.730	-	42.730	-	42.730
Total	-	42.770	42.770	-	42.770	-	42.770

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa realizada na Companhia é monitorada pela controladoria, realizando previsões contínuas das exigências de liquidez da Administração para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme a operação da Companhia.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024				
Adiantamento de clientes	14.482	-	-	14.482
Partes relacionadas	-	33	-	33
Em 31 de dezembro de 2023				
Adiantamento de clientes	17.529	-	-	17.529
Partes relacionadas	-	27	-	27

17. Eventos Subsequentes

Em 31 de março de 2025 a Companhia, emitiu Notas Comerciais no valor de R\$ 40.000 em série única com data de vencimento para 31 de março de 2027.

**Mônica Edwiges Merhy Alves Ramos
Caiado
Diretora Presidente**

**Anderson Florentino de Paiva
Contador CRC – DF 022173/O-8**

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 3C28FA2B-F605-42EB-AC0C-0700339AE1E4

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: DFs e Relatório - Rialma II

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 25

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Andre Guimaraes

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

andre.guimaraes@pwc.com

Endereço IP: 201.56.164.188

Rastreamento de registros

Status: Original

21 de maio de 2025 | 19:57

Portador: Andre Guimaraes

andre.guimaraes@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

21 de maio de 2025 | 20:10

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

Eventos do signatário

Marcos Carvalho

marcos.carvalho@pwc.com

Sócio

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Assinatura



Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada

Usando endereço IP: 134.238.159.64

Registro de hora e data

Enviado: 21 de maio de 2025 | 20:02

Visualizado: 21 de maio de 2025 | 20:07

Assinado: 21 de maio de 2025 | 20:10

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Andre Guimaraes

andre.guimaraes@pwc.com

Manager

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Copiado

Enviado: 21 de maio de 2025 | 20:10

Visualizado: 21 de maio de 2025 | 20:10

Assinado: 21 de maio de 2025 | 20:10

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Isadora Santos isadora.santos@pwc.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 21 de maio de 2025 20:02
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	21 de maio de 2025 20:02
Entrega certificada	Segurança verificada	21 de maio de 2025 20:07
Assinatura concluída	Segurança verificada	21 de maio de 2025 20:10
Concluído	Segurança verificada	21 de maio de 2025 20:10

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------